

A formação em Jornalismo: sinais e problemas de um debate latente

Sandra Marinho

O tema da formação dos jornalistas ganhou alguma visibilidade no final de 2004, com a publicação do Relatório sobre a Implementação do Processo de Bolonha na Área do Conhecimento da Comunicação. No imediato, registaram-se, no meio académico, algumas reacções, mas sem grande expressão no espaço público. Dos restantes implicados no processo (estudantes, empresas, profissionais e sociedade civil) não houve reacção visível ao nível dos órgãos de comunicação social. Já em 2003, o I Encontro sobre o Ensino do Jornalismo em Portugal, realizado na Universidade do Minho, contou com a participação da maioria das entidades formadoras do país, mas teve fraca adesão por parte do público e pouca divulgação por parte dos meios de comunicação social (*Público*, 2003b). Uma leitura dos acontecimentos registados no quinquénio 2000-2004 relativamente às questões sobre a formação em jornalismo remetemos para a mesma conclusão: este debate está ausente da actualidade publicada nos *media*. Isto não significa, contudo, que não se encontrem indícios de interesse relativamente à temática: durante este período, emergem questões e registam-se acontecimentos que deixam perceber que há preocupação em relação à qualidade da produção jornalística e em relação à formação e preparação dos jornalistas para desempenharem as suas tarefas.

Pretende-se, neste trabalho, assinalar as questões suscitadas pelos acontecimentos do período, antecipando aqueles que, a nosso ver, poderão ser os eixos de um futuro debate sobre a formação dos jornalistas. Pode, assim, dizer-se que esta é uma reflexão sobre aquilo que não aconteceu de facto, mas parece estar presente, a julgar pelos sinais que emergem da leitura destes 5 anos. Relembramos que a nossa análise se centra nos acontecimentos que foram noticiados pela imprensa, ou seja, teremos de assumir sempre duas possibilidades: há discussão sobre a formação em jornalismo, mas não lhe é dado relevo por parte da comunicação social, ou o debate sobre a formação não tem relevo mediático, porque não existe. Em qualquer das situações, pensamos poder desenvolver a nossa análise em torno da constatação de que esta problemática cai naquilo a que podemos chamar um campo do “não-dito” dos *media*.

O interesse pela formação em jornalismo: os sinais do quinquénio

Durante o período em análise (o quinquénio 2000-2004), é possível, a partir de acontecimentos noticiados pela imprensa, detectar sinais que revelam preocupação com a formação em jornalismo, ainda que de uma forma “indirecta”: não se debate este assunto, mas registam-se iniciativas que denotam interesse pela problemática, sob diversas perspectivas.

Ocorreu, durante estes cinco anos, ao nível nacional e internacional, um conjunto de casos que, tendo sido alvo de intensa cobertura mediática, suscitou o debate em torno da qualidade do jornalismo e da qualidade do trabalho dos jornalistas. Exemplos destas situações são os actos terroristas do 11 de Setembro e a Guerra no Iraque; a queda da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios; o desenrolar do “processo casa Pia”; o sequestro em Beslan; ou ainda o tsunami no Oceano Índico, nos últimos dias de 2004. Considerar que a discussão gerada em torno da cobertura jornalística destes acontecimentos revela interesse pela formação dos jornalistas implica que partamos do pressuposto de que (a qualidade da formação) é uma dimensão essencial da qualidade do jornalismo; daí que colocar em causa a produção implique que, ainda que indirectamente, se questionem os processos de formação e aprendizagem conducentes ao exercício da profissão. Esta relação entre formação e prática jornalística seria matéria para um extenso debate, o que não cabe nos objectivos desta breve reflexão, pelo que iremos apenas anotar alguns aspectos que permitam localizar e balizar os argumentos que apresentamos.

Começamos por clarificar o conceito de formação em jornalismo que tomamos por referência para a nossa análise: trata-se de um conceito abrangente, ao nível dos formatos e dos intervenientes. Defendemos que falar de formação em jornalismo passa por considerar quer a sua vertente formal, traduzida nos projectos de ensino superior (público e particular ou cooperativo; universitário ou politécnico), que conferem um grau académico (diploma), quer uma dimensão informal extremamente importante, a formação em serviço, a qual, não conferindo grau, qualifica para o exercício da profissão. Esta última, podendo ser levada a cabo em instituições de ensino superior, centros de formação, organizações representativas dos jornalistas ou órgãos de comunicação, entre outros cenários possíveis, tem a sua expressão “mais informal” nos processos de socialização e formação que se desenrolam ao nível das redacções, no decurso da própria prática jornalística.

Importa também assinalar a importância da formação no contexto da definição da profissão de jornalista, quer do ponto de vista interno, pela afirmação de práticas e valores, quer externamente, com o objectivo de delimitar o campo, por relação com outras profissões. Historicamente, a emergência da profissão de jornalista remonta à segunda metade do século XIX, fruto da conjugação de factores de ordem política, económica e social, que permitiram a

criação de condições para a transição da “Imprensa de Opinião” para a “Era do Jornalismo”, caracterizada, entre outros aspectos, pela autonomização do campo jornalístico e pela sua profissionalização (Chalaby, s/d). Emerge, assim, a figura do jornalista, entendido enquanto um indivíduo que tem como principal ocupação remunerada funções de recolha e edição de informação ou de gestão de organizações jornalísticas (redacções).

Uma abordagem funcionalista à sociologia das profissões propõe que, para que uma profissão exista, terá de assegurar, entre outros critérios, o controlo sobre a sua base cognitiva, o que implica a existência de um corpo de conhecimentos suficientemente estável sobre as tarefas, e que o público reconheça os profissionais como os únicos capazes de fornecer os serviços em causa (Soloski, 1993). Em ordem a facilitar este controlo e estandardizar a aprendizagem profissional, as profissões controlam o processo de formação através do estabelecimento de ensino acreditado em institutos superiores e universidades (Noble, cit. por Soloski, 1993)¹. Assegura-se desta maneira que os futuros profissionais apreendam, dominem e aceitem a base cognitiva da profissão, que a sua produção seja estandardizada e que os ideais e objectivos da profissão sejam aceites pelos novos profissionais. É assim, durante a fase de formação, que os estagiários se tornam membros sociais das suas profissões e interiorizam as suas normas e procedimentos².

De acordo com esta lógica, a existência de instâncias de formação garantiria, à partida, a uniformidade da aprendizagem, logo das normas e das práticas, o que não acontece, visto que não temos um modelo único de formação em jornalismo e as condições de exercício da profissão diferem em função dos órgãos de comunicação.

A este factor teremos de acrescentar, no caso português, a circunstância de o acesso à profissão não exigir ainda³ qualquer formação de nível superior ou específico. Neste contexto, ganham relevo os estágios, enquanto ocasião de aproximação à realidade da profissão e à prática jornalística e, no limite, enquanto única instância de formação de futuros jornalistas. Os estágios curriculares são um caso particular deste mecanismo de integração e, para Fidalgo (2004), constituem um processo informal de selecção e recrutamento: “na prática, os jornais, as rádios e as televisões acabam por testar os estagiários

¹ Outros autores, como é o caso de Neveu (2005), afirmam mesmo que “uma ‘profissão’ pressupõe condições formais de acesso à actividade (diploma, certificação)” (25)

² Outras perspectivas evidenciam a dimensão de controlo subjacente a esta “estandardização” de práticas e conhecimentos, como é o caso de Carey (1996): “A educação profissional – e a ideologia do profissionalismo que a suportou – sempre foi motivada por mais do que a procura de padrões profissionais e de conhecimento. Também foi motivada pelo desejo de ter uma classe profissional que é moral, ordeira, normal e conservadora”. O desenvolvimento desta questão não cabe no âmbito deste trabalho, já que pretendemos tão-somente assinalar a importância que é atribuída à formação para o exercício da profissão.

³ Recordamos, contudo, que a proposta de lei para a revisão do Estatuto do Jornalista (PL 211/2005) prevê que o acesso à profissão passe por uma “habilitação académica de nível superior”. A fundamentação da proposta de lei poderá ser consultada em http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/973C87CD-4759-4A3F-8697-D9A20F01BB38/0/Prop_Estatuto_Jornalista.pdf

que recebem e, quando precisam de alargar os seus quadros, recorrem naturalmente a jovens candidatos à profissão que eles já conheceram, que já integraram na cultura específica do seu projecto editorial e de que podem seleccionar os melhores” (69).

Nesta matéria, a dos estágios curriculares, há que registar o desacordo entre o Sindicato dos Jornalistas e as empresas e universidades, que se traduziu numa tomada de posição que poderemos considerar como uma das raras ocasiões do quinquénio em que se discutiu, com registo nos *media*, em particular no jornal *Público*, a formação em jornalismo. Embora não se tratasse de uma questão nova, adquiriu visibilidade pelo tom da “discussão” que se travou entre Óscar Mascarenhas, presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, e José Manuel Fernandes, director do *Público*, e fez emergir um conjunto de preocupações e tópicos a equacionar relativamente à realização dos estágios curriculares. O mote do debate foi lançado pelo próprio Sindicato: “Confrontado com a sistemática e abusiva exploração de estudantes de jornalismo em determinadas redacções, onde são incumbidos de realizar, sem qualquer remuneração, tarefas que reclamam obrigatoriamente o título profissional de que ainda não dispõem, o SJ emitiu em Março de 2001 um comunicado que condena tais práticas, considerando-as ilegais”. Apesar do tom crítico e contundente do referido Comunicado, o Sindicato declarava-se motivado pela “necessidade de reconduzir ao seu devido lugar a natureza” dos estágios curriculares e sem qualquer intenção de “obstruir a ligação entre as empresas e as universidades, institutos politécnicos e outras escolas superiores ou centros de formação”, mas apenas “procurar contribuir para a dignificação de uma fase crucial na vida dos estudantes que pretendem ser jornalistas”, manifestando-se, para isso, “inteiramente disponível para colaborar com as empresas e as instituições de ensino na definição de formas que permitam enriquecer o primeiro contacto dos estudantes com o mundo do trabalho que um dia há-de ser o seu”⁴. A polémica instala-se, com a contestação do jornal *Público* em torno do tópico do “corporativismo”, mas, mais do que rever os argumentos, interessa-nos reter alguns tópicos que poderão integrar uma futura agenda de debate sobre os estágios curriculares, já que parece ter sido consensual para as partes envolvidas a ideia de que se trata de um assunto importante, embora nenhuma instituição de formação se tenha manifestado. Importaria assim equacionar, por exemplo, o enquadramento legal destes estagiários, particularmente a protecção legal dos seus actos, no exercício das funções que lhes sejam atribuídas no decurso do estágio; ou ainda a sua relação com as fontes de informação, nomeadamente a eventual necessidade de identificação do seu enquadramento laboral durante a recolha de informações.

⁴ O versão integral deste comunicado encontra-se no *site* do Sindicato dos Jornalistas, em: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=139&cidselect=438&idCanal=438&cp=426>

Ainda sobre a questão do acesso à profissão, assinalamos apenas a opinião crítica de Vicente Jorge Silva (2003), ao referir-se à dissonância entre a elevada procura de cursos de Comunicação Social e as perspectivas do mercado de emprego:

“Aí encontramos, aliás, uma das explicações dramáticas para a degradação da qualidade do jornalismo que se vem praticando em Portugal, com a ‘proletarização’ dos candidatos que aspiram a um ilusório lugar ao sol num sistema mediático progressivamente concentrado e tabloidizado. Mão-de-obra abundante e, logo, barata, contratada a prazo e indefinidamente estagiária, dócil, manejável pelos novos ‘managers’ desse sistema mediático moldado pela lógica da concorrência televisiva e dos títulos impressos que procuram sobreviver a todo o custo mimetizando o formato único das televisões comerciais.”

Este é um assunto que terá certamente desenvolvimentos, tendo em conta a reestruturação dos projectos de ensino superior, com a implementação da Declaração de Bolonha, o que, eventualmente, poderá levar até ao desaparecimento do estágio dos *curricula*, pelo menos ao nível da formação inicial.

Se, em Portugal, não encontramos registo na imprensa escrita de outros casos ou situações que tenham ganho visibilidade por terem, na sua essência, colocado directamente em debate a formação dos jornalistas, o mesmo já não podemos dizer do panorama internacional. Durante este período, três instituições altamente credenciadas viram o seu trabalho discutido e colocado em causa: a Graduate School of Journalism, na Universidade de Columbia, fundada por Joseph Pulitzer; o Centre de Formation des Journalistes, criado em Paris em 1946; e a BBC, com o chamado “caso Kelly”. Trata-se de situações com contornos diferentes, e suscitadas por motivos diversos, nas quais julgamos pertinente determo-nos com mais detalhe, embora a perspectiva internacional não seja uma vertente que privilegiemos no âmbito dos propósitos deste texto.

Em Abril de 2003, o jornalista e académico Nicholas Lemmann foi nomeado reitor da Graduate School of Journalism (Columbia University), depois de um aceso debate, despoletado por Lee Bollinger, Presidente da Columbia University (CU), ao adiar, em Julho de 2002, a selecção de um novo reitor, para “clarificar o que deve ser a visão de uma escola de jornalismo moderna, na era da informação em constante evolução que vivemos”. Numa mensagem dirigida aos estudantes, funcionários e docentes da Escola, Bollinger afirma: “ensinar o ofício de jornalista é um objectivo válido, mas claramente insuficiente neste novo mundo e no contexto de uma grande universidade. Ao longo do último século, todas as escolas profissionais chegaram a essa conclusão, para as respectivas áreas”. Esta é uma tomada de posição em relação ao modelo de ensino profissional, ou *skills based*, em vigor na Graduate School of Journalism (GSJ) em boa parte fruto das alterações ao *curriculum* no sentido da profissionali-

zação, realizadas sob a direcção de Tom Goldstein, reitor da Escola de 1997 a 2002. Estava relançado o debate em torno da velha dicotomia teoria *vs.* prática. Ao longo de cerca de oito meses (de Setembro a Abril) discute-se publicamente a questão de saber “Qual a forma correcta de formar jornalistas... hoje” e, ao cabo de seis reuniões do grupo de trabalho presidido por Bollinger, o presidente da CU nomeia um dos seus membros, Nicholas Lemann, um jornalista profissional com experiência académica, reitor da GSJ. Na mesma ocasião, e como forma de dar conta do trabalho realizado pela *task force*, publica um documento intitulado *Statement on the Future of Journalism Education*⁵, onde defende que as escolas de jornalismo deverão saber manter a necessária distância da profissão, para poderem manter uma perspectiva independente em relação ao exercício do jornalismo, mas que o seu corpo docente deve ser constituído por “... praticantes destacados da profissão que... tanto ensinam como exploram activamente, no decurso do seu trabalho, as melhores possibilidades do jornalismo”. Parece que estamos perante uma posição de equilíbrio em relação às velhas dicotomia jornalistas/académicos, o que representa, na nossa opinião, uma evolução muito positiva.

A 17 de Julho de 2003 David Kelly, cientista e funcionário do Ministério da Defesa do Reino Unido, suicida-se, poucos dias depois de ter estado perante uma Comissão Parlamentar que investigava uma possível falsificação de provas, pelo Governo britânico, sobre a existência de armas de destruição maciça no Iraque. Esta investigação foi despoletada por uma reportagem do jornalista Andrew Gilligan, emitida pela BBC, em Maio de 2003, tendo como fonte David Kelly, que terá acedido a falar com o jornalista sob anonimato. Embora a BBC tenha mantido o acordo de confidencialidade estabelecido com Kelly, este acaba por reportar a sua conversa com Gilligan ao seu superior, alegando não ter reproduzido algumas das informações constantes da peça, e, quando confrontado pelos *media* com o nome de Kelly, o Ministério da Defesa acaba por identificá-lo como a fonte de Gilligan. Pressionado por vários lados, Kelly acaba por suicidar-se. Na sequência destes acontecimentos, é instaurado, em Agosto de 2003, um inquérito para averiguar as causas da morte e atribuir responsabilidades, tendo daí resultado o Relatório Hutton⁶, divulgado em Janeiro de 2004, cujas conclusões são especialmente duras com a BBC, a quem acabam por ser atribuídas as responsabilidades do processo⁷. As consequências na estação televisiva sentiram-se de imediato sob a forma de despedimentos (Silva, 2004), nomeadamente os de Andrew Gilligan e Greg Dyke, director-geral da BBC. O que nos interessa em particular neste caso é o facto de as mudanças

⁵ A versão integral deste documento pode ser consultada em http://www.columbia.edu/cu/news/03/04/lcb_j_task_force.html.

⁶ Informações detalhadas sobre o inquérito e o Relatório Hutton podem ser encontradas em <http://www.the-hutton-inquiry.org.uk/index.htm>

⁷ Para uma descrição mais detalhada e análise do caso, aconselha-se a consulta de Montgomery (2006).

não se terem resumido a despedimentos, tendo sido igualmente anunciada a revisão de critérios editoriais e uma nova aposta na formação dos jornalistas:

“A BBC, que tem já um vasto programa de formação em Jornalismo, vai criar uma nova escola de formação para os seus funcionários, que passarão a ter um acompanhamento contínuo, particularmente no que respeita a questões éticas. A estação vai gastar milhões de libras na criação da academia, que deverá arrancar no espaço de 18 meses e que deverá servir para formar também jornalistas de outras organizações.” (Silva, 2004)

Independentemente dos resultados obtidos com este programa de formação, que não acompanhámos, realçamos o pressuposto que subjaz a esta decisão: há uma estreita relação entre a qualidade do jornalismo e da prática jornalística e a qualidade da formação.

Também em 2003, o Centre de Formation des Journalistes (CFJ) viu a sua reputação seriamente abalada, com a publicação da obra *Les Petits soldats du Journalisme* por François Ruffin. No livro, este antigo aluno do CFJ acusa a instituição de promover junto dos alunos uma lógica de submissão acrítica, contrariando os mais básicos valores subjacentes à prática jornalística, bastando para isso seguir uma receita: “copiar a AFP, produzir rápido e mal, imitar os concorrentes, criticar os livros sem os ler...” (Ruffin, 2003). A este respeito, comenta Cintra Torres (2003):

“Para um jornalista independente ou um cidadão consumidor de ‘media’, o relato de François Ruffin é uma passagem pelos corredores de uma grande loja de horrores. A incompetência, a antipedagogia, a nulidade dos formadores, a falta de ética, a castração da criatividade e da independência, o silenciamento das vozes contrárias: tudo isso é praticado e ‘ensinado’ numa escola de péssima qualidade, onde, por exemplo, a biblioteca está encerrada há anos.”

A publicação da obra desencadeou um aceso debate em França, com argumentos contra e a favor do testemunho de Ruffin, o que abalou a imagem de credibilidade do CFJ que, à altura, lutava já com sérias dificuldades financeiras. Segue-se um processo de reestruturação da Escola, com o reequilíbrio das contas e a demissão do director. A chefia do CFJ é assumida, em Janeiro de 2004, pelo jornalista do *L'Équipe*, Fabrice Jouhaud, com o objectivo de reabilitar a Escola e, em Junho de 2004, mais de 600 candidatos submeteram-se a concurso a frequentar a Escola.⁸

Não trouxemos estes casos à discussão com o objectivo de os analisar, nas suas diversas vertentes e consequências, mas sim pelos denominadores comuns de tratarem, ainda que de perspectivas diferentes, da formação em jornalismo

⁸ Ver em <http://info.france2.fr/dossiers/france/2291953-fr.php#para13781093>

e de terem sido debatidos publicamente nos e pelos órgãos de comunicação social.

Regressando ao panorama nacional, detectamos, no quinquénio 2000-2004, outros indícios do interesse pelo ensino e formação em jornalismo. Durante o período em análise, são noticiados vários lançamentos de livros de académicos, investigadores e jornalistas, que debatem o jornalismo e a profissão, resultando alguns deles da publicação de dissertações de mestrado e doutoramento. Este dinamismo editorial é crucial para o ensino e formação, cuja qualidade é indissociável do desenvolvimento da investigação na área do jornalismo. Regista-se igualmente um grande número de debates, colóquios e seminários sobre questões do jornalismo (incluindo a formação), dos jornalistas e da prática jornalística. São organizados por diversas entidades, e não só no meio académico, e agregam participações de académicos, profissionais e estudantes, como é desejável quando se discutem estas questões.

Encontramos também notícia da realização de pós-graduações e cursos de formação em áreas específicas do jornalismo, como economia, ambiente, saúde, justiça, pivôs, entre outros, com o objectivo, nomeadamente, de suprir algumas lacunas sentidas no exercício da profissão com formação em serviço. Não podemos esquecer as novas necessidades criadas pela cobertura de acontecimentos como os processos “Casa Pia”, “Moderna” ou “Felgueiras”, que motivaram, por exemplo, a realização de acções e formação sobre o meio judicial (*Jornal de Notícias*, 2004; *Público* 2004), e da guerra no Iraque e Afeganistão, que deram azo a cursos sobre defesa pessoal e sobre o exercício em situações de conflito (*Público*, 2003a). De registar que decorreram acções de formação dirigidas a estudantes e jornalistas, sobre os diferentes campos de especialização em jornalismo, mas também dirigidas aos profissionais de outros sectores, sobre a relação com os *media* (Araújo, 2003; *Diário de Notícias*, 2003a; Maximino, 2004). No campo do ensino superior, como referimos anteriormente, há a assinalar a publicação, em finais de 2004, do Relatório de Missão do Grupo de Trabalho da Área Científica de Comunicação Social, no âmbito das iniciativas pelo Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) desenvolvidas para a Implementação do Processo de Bolonha a Nível Nacional.

Uma outra vertente da formação em jornalismo que ganhou visibilidade (e existência) neste quinquénio diz respeito ao surgimento de novas “ferramentas” de ensino: os *weblogs*. A relação dos *weblogs* com o jornalismo, e a formação em particular, foi abordada no Encontro Nacional sobre Weblogs, que decorreu a 18 e 19 de Setembro de 2003, na Universidade do Minho, em Braga (Freire, 2003). Durante o período em análise, surgem os primeiros *weblogs* de apoio ao ensino universitário do jornalismo: em Abril de 2002, é criado o *Jornalismo e Comunicação*⁹, no âmbito da disciplina de Sociologia das Fontes Jornalísticas,

⁹ http://www.webjornal.blogspot.com/2002_04_01_webjornal_archive.html

do Mestrado em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho; em Outubro do mesmo ano aparece o *Aula de Jornalismo*¹⁰, associado à disciplina de Jornalismo da Licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho; e, também em Outubro, surge o JornalismoPortoNet¹¹, com o objectivo de dar apoio às aulas teóricas de Técnicas de Expressão Jornalística do curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto e de dar “visibilidade ao trabalho de alunos que, de outro modo, ficaria a ganhar pó numa qualquer prateleira de um escritório, biblioteca ou arquivo universitário” (Santos e Zamith, 2004: 145).

Estes autores defendem que “os weblogues podem, gradualmente, proporcionar a jornalistas em formação um ambiente privilegiado de aprendizagem” (*idem*) e fazem um balanço muito positivo da experiência. A 22 de Março de 2004, o JornalismoPortoNet transforma-se em portal¹².

Fomos procurando, até aqui, evidenciar um conjunto de acontecimentos, que entendemos constituírem sinais do interesse dos *media* e da agenda pública na formação dos jornalistas, ainda que este não seja um tema directamente discutido. Ainda que a identificação destes sinais, por si só, pudesse constituir matéria de interesse, acreditamos que estas marcas são representativas e indiciadoras de problemas e tendências mais abrangentes, que procuraremos abordar no próximo ponto.

Linhas de investigação a prosseguir: dos sinais aos problemas

Toda a argumentação desenvolvida no âmbito desta análise parte do pressuposto de que a formação é uma variável essencial para a qualidade do jornalismo, o qual, por sua vez, é essencial à manutenção e desenvolvimento das sociedades democráticas, enquanto capacitador dos indivíduos para um efectivo exercício da cidadania, o que faz com que os assuntos relativos à formação e à prática jornalística devam interessar aos cidadãos. Associado a este está o pressuposto de que a agenda dos *media* reflecte, ou deveria reflectir, a agenda pública, a qual, por sua vez, integraria as preocupações dos cidadãos. Por outro lado, a própria agenda mediática teria igualmente a capacidade de configurar a agenda pública, ao eleger e dar mais ou menos relevância a determinados assuntos. Estes são conceitos e perspectivas extensivamente analisadas, defendidas e criticadas por diversos autores, não sendo nosso objectivo abordar aqui esse debate. Queremos apenas ressaltar que não nos reportamos a uma visão ingénua destas relações e pressupostos ou à forma como, na reali-

¹⁰ http://aulajornalismo.blogspot.com/2002_11_01_archive.html

¹¹ <http://blog.icicom.up.pt/>

¹² <http://jpn.icicom.up.pt/>

dade, têm sido mais ou menos conseguidas. São, apesar de tudo, as referências que tomamos para a análise.

Assim sendo, parece ser seguro afirmar que, havendo indícios de interesse por parte dos *media* e da sociedade em debater a formação dos jornalistas, trata-se de manifestações indirectas, já que a questão não é colocada enquanto tal. Importaria perceber se se trata de uma incapacidade por parte dos *media*, e dos próprios jornalistas, de dar expressão a uma real preocupação dos cidadãos ou se, pelo contrário, as páginas dos jornais se limitam a reflectir o desinteresse do público pela matéria. O desenvolvimento da primeira possibilidade apontaria para o facto de, embora havendo interesse por parte do público, a classe jornalística tender a não dar “tempo de antena” aos “seus” assuntos, seja por corporativismo e autopreservação ou por um certo pudor em transformar o próprio jornalista na notícia. Perceber estes fenómenos implicaria uma abordagem mais sistemática da questão, mas parece certo que o tema da formação em jornalismo cai no “não-dito” dos *media*, uma problemática que valeria a pena aprofundar, já que, a nosso ver, é um tema que interessaria debater no espaço público¹³.

No que respeita à interpretação dos sinais que foi possível perceber no quinquénio 2000-2004, passamos a apontar algumas tendências e acontecimentos cujos desenvolvimentos valeria a pena acompanhar em futuras análises ou projectos de investigação que tenham como objecto de estudo a formação em jornalismo:

- Não existindo um debate sistemático sobre este tópico, podemos dizer que as discussões que, pontualmente, emergem revelam uma lógica de pólos: académicos e jornalistas; empresas e universidades; teoria e prática. Parece-nos que este modo de funcionamento não só “contamina” o debate como pode mesmo constituir um entrave significativo à reflexão consequente sobre esta matéria. Seria assim importante que se pudessem encontrar pontes que permitissem ultrapassar o “fosso entre o universo académico e o universo profissional” (Pinto, 2004: 55), nomeadamente a participação de profissionais na docência e a presença de docentes nas redacções, bem como em trabalhos de investiga-

¹³ A partir da teoria da “espiral do silêncio” (Noelle-Neumann, 1984), por exemplo, poder-se-ia pensar que a “opinião pública” (ou os seus representantes) não manifesta a sua opinião sobre estas questões, admitindo que se interessam por elas, por receio do “isolamento” provocado pelo facto de, eventualmente, emitirem publicamente concepções ou ideias contrárias àquilo que avaliam como o “clima da opinião”: “se a maioria das pessoas tem uma opinião oposta à minha, então eu poderei hesitar em manifestar publicamente a minha opinião. Isto é especialmente verdade se eu perceber que é provável que a minha opinião venha a perder mais apoio no futuro. Assim, se as pessoas que têm opiniões semelhantes às minhas também não as emitirem em público, irei observar um decréscimo da quantidade de apoio publicamente assumido em relação à minha opinião. Com o passar do tempo, percebo que o apoio à minha opinião entra numa espiral descendente...” (Shoemaker, Breen & Stamper, 2000: 65). Claro que, para o caso em questão, todos estes pressupostos teriam de ser verificados, a começar pelo facto de haver opinião (ainda que não pública ou publicada) sobre a importância do tema da formação jornalistas. Para além disto, como referem Shoemaker, Breen & Stamper (2000), “não é claro, contudo, se a espiral descendente representa apenas um decréscimo do apoio público em relação a uma opinião ou uma alteração real das opiniões privadas” (65).

ção. Acrescentamos ainda a necessidade de pensar estratégias para transmitir e sedimentar a ideia de que este é um assunto que interessa à sociedade, logo deveria constituir-se como um debate público.

- Esta vertente da relação com o mercado assume, cada vez mais, um papel fundamental, particularmente num cenário em que a evolução da oferta de formação se traduziu num crescimento do número de cursos (Cascais, 2004; Pinto, 2004), sem que o mercado de trabalho tenha capacidade de absorver os licenciados da área (Marinho, 2006; Pereira, 2005)¹⁴. Importaria, neste contexto, discutir que papel podem/devem desempenhar as instituições formadoras na regulação da oferta e ainda até que ponto podem/devem os projectos de ensino acompanhar as tendências do mercado, integrando-as nos *curricula*¹⁵. Um aspecto da relação entre a formação (neste caso, superior) e o mercado cuja evolução interessa acompanhar é o do acesso à profissão, em particular os efeitos que a exigência de formação de nível superior (ainda que não necessariamente em Jornalismo) poderá ter, a médio e longo prazo, nos padrões de empregabilidade do sector, bem como os próprios discursos sobre esta matéria.

- Discutir a (qualidade da) formação em jornalismo exige um trabalho prévio de caracterização da oferta a nível nacional, que actualize a investigação de Mesquita e Ponte (1997) e permita compreender as tendências e necessidades do campo. Para lá da desta dimensão, interessa perceber a forma como os actores implicados no processo de formação (instituições de formação superior e formação em serviço, docentes/formadores, estudantes, jornalistas, empresários e cidadãos) avaliam a qualidade da formação em jornalismo que é praticada e como se articula (ou não) a formação inicial e em serviço.

- Ao nível da formação em serviço, importaria compreender, entre vários outros aspectos, até que ponto é que a figura do Provedor do Leitor, que ganhou visibilidade e importância durante o período em análise, é percebida e reconhecida pelos profissionais enquanto instância de formação, ainda que essa não seja a sua principal função.

- No âmbito da formação inicial (superior universitário e politécnico) é crucial acompanhar a implementação da Declaração de Bolonha, formalmente lançada com a publicação, no final do quinquénio, do Relatório sobre a Implementação do Processo de Bolonha na Área do Conhecimento da Comunicação. As experiências, anteriormente relatadas, de formação em jornalismo com recurso aos *weblogues* remetem-nos para o campo mais vasto da relação da formação com prática jornalística, que se traduz, entre outros aspectos, na criação de

¹⁴ A anunciada reestruturação da rede de ensino superior (Costa e Silva, 2006) e a implementação da Declaração de Bolonha irão, certamente, ter efeitos sobre o “mapa” da oferta de formação superior em Jornalismo, um aspecto que merece acompanhamento.

¹⁵ Referimo-nos aqui ao processo de convergência das redacções, enquanto resultado de transformações tecnológicas, particularmente a “digitalização das notícias”, e às mudanças que daqui decorrem para a profissão e para as práticas jornalísticas.

órgãos de comunicação associados a projectos de ensino¹⁶ e na realização de estágios curriculares. Interessava, pois, avaliar a forma como estas estratégias são (ou não) implementadas e, no caso da primeira, como se utilizam as possibilidades do “novo” ambiente digital para este feito e qual o resultado das experiências já iniciadas, nomeadamente as diferenças decorrentes da utilização, no contexto da formação, da tecnologia digital, quer ao nível do processo de produção quer ao nível dos próprios produtos (Buckingham, Harvey & Sefton-Green, 1999).

• A relação entre formação/ensino e investigação é fundamental. O incremento da actividade editorial, nomeadamente pela publicação de dissertações e trabalhos de investigação durante o período em análise pode ser indício de um maior interesse por esta área de investigação por parte de académicos, mas também de jornalistas, no desenvolvimento do seu percurso académico, uma tendência que teria de ser acompanhada e verificada. O desenvolvimento de mais pesquisas que impliquem contacto directo com os jornalistas e trabalho de campo nas redacções enriqueceria certamente o campo dos estudos sobre o Jornalismo e, conseqüentemente, os próprios projectos de ensino.

Julgamos que os sinais e tendências que fomos apontando ao longo deste trabalho deixam perceber o interesse pela formação dos jornalistas e mostram a necessidade de se desencadear um debate alargado sobre esta questão, com visibilidade no espaço público e, particularmente, nos órgãos de comunicação social. Ainda que possamos entrar num campo ainda “minado” por algumas conversas polarizadas, um facto bastaria, em nossa opinião, para atestar o reconhecimento, ainda que implícito, da importância da formação, em particular da superior, para o exercício da profissão: há cada vez mais jornalistas com formação em Jornalismo nas redacções (Fidalgo, 2004). E este poderia ser um bom ponto de partida, uma base de consenso, para passar ao debate sobre as diferenças, as dúvidas e as complementaridades.

Finalmente, retomamos (e acabamos com) uma questão que constitui um possível tópico de reflexão e pesquisa e reflecte os sinais e tendências deste quinquénio: o que explica a não presença das questões sobre a formação dos jornalistas em jornalismo nos espaços, informativos e de opinião, dos órgãos de comunicação, admitindo que este é um tema de interesse público?

¹⁶ Podemos encontrar aqui diferentes modelos de funcionamento: órgãos criados e geridos exclusivamente por estudantes, mas independentes do projecto de ensino, como é o caso da Universidade do Minho (o jornal “Académico” é propriedade da Associação Académica, mas foi criado e continua a ser gerido pelos alunos de Comunicação Social; a revista “Comum”, um projecto com 10 anos, agora em edição *on-line*, é propriedade do GACSUM, Grupo de Alunos de Comunicação Social e apresenta-se como “publicação *on-line* dos alunos de Comunicação Social); ou o caso da Beira Interior (“Urbi et Orbi”) e do Porto (“JornalismoPortoNet”), projectos *on-line* que contam com o trabalho e colaboração dos alunos, mas geridos por docentes das respectivas licenciaturas e formalmente associados a estas.

Bibliografia

- Araújo, R. (2003, 13 de Abril). Manual de instruções para apresentadores de televisão. *Diário de Notícias*.
- Buckingham, D., Harvey, I, & Sefton-Green J. (1999). The difference is digital? Digital Technology and Student Media. Convergence: *The International Journal of Research into new Media Technologies*, 5.
- Carey, J. W. (1996). Where journalism education went wrong. <http://www.mtsu.edu/~masscomm/seig96/carey/carey.htm>
- Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5.
- Chalaby, J. (s/d). Journalism in History: From the Public Press to the Digital Age <<http://www.cmc.ruc.dk/aktuelt/2000/symp/chalaby-paper.html>>
- Cintra Torres, E. (2003, 27 de Setembro). O Jornalismo do Novo Antigo Regime. *Público*.
- Costa e Silva, Elsa (2006, 20 de Setembro). Reitores preparam mapa de cursos para reduzir mais a oferta no superior. *Diário de Notícias*.
- Diário de Notícias* (2003a, 26 de Setembro). Pós-graduação em jornalismo da saúde.
- Diário de Notícias* (2003b, 25 de Outubro). Curso de Jornalismo lança novo jornal.
- Fidalgo, J. (2004). Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Comunicação e Sociedade*, 5.
- Freire, I. (2003, 20 de Setembro). Ensino de jornalismo pouco debatido. *Público*.
- Jornal de Notícias* (2004, 14 de Janeiro). ISCIA promove curso de jornalismo jurídico.
- Maximino, J.C. (2004, 2 de Fevereiro). Juízes aprendem noções básicas de jornalismo. *Jornal de Notícias*.
- Mesquita, M. e Ponte, C. (1997). Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo. <http://ubista.ubi.pt/~comum/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.htm>
- Montgomery, M. (2006). Broadcast news, the live 'two way' and the case of Andrew Gilligan. *Media, Culture & Society*, 28.
- Neveu, E. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Noelle-Neumann, E. (1984). *The Spiral of Silence*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pereira, A. (2005, 1 de Agosto). Estagiários sem mercado. *Correio da Manhã*.
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5.
- Público*, (2003a, 13 de Abril). Pós-graduação para ensinar jornalistas a sobreviverem como soldados.
- Público*, (2003b, 20 de Setembro). Ensino de Jornalismo pouco debatido.
- Público* (2004, 26 de Fevereiro). A iniciativa: curso de jornalismo judiciário na Madeira.
- Ruffin, F. (2003). *Les Petits soldats du Journalism*. Présentation. ACRIMED – Observatoire des Médias. <http://www.acrimed.org/article935.html>
- Santos, L. A. & Zamith, F. (2004). Webelouges e Jornalismo: um exemplo de aproximação na Universidade Portuguesa. *Comunicação e Sociedade*, 5.

- Shoemaker, P. J., Breen, M. & Stamper, M. (2000). Fear of Social Isolation: Testing an Assumption from the Spiral of Silence. *Irish Communications Review*, 8.
- Silva, V. J. (2003, 20 de Junho). Estado da nação, estado dos media. *Diário Económico*.
- Silva, R. J. (2004, 24 de Junho). BBC revê critérios editoriais. *Público*.
- Soloski, J. (1993). O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico, in *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa: Vega.
- Soares, J. V. (coord.) (2004). Relatório de Missão do Grupo de Trabalho da Área Científica de Comunicação Social. http://www.ccisp.pt/Bolonha/Relatorio_area_cientifica_comunicacao_social_Versao_Final.doc